

O conceito foucaultiano de literatura

Foucault's concept of literature

Leonardo Pinto de Almeida¹
tazaime@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo analisa o conceito de literatura fundamentado na obra foucaultiana dos anos 1960. A partir do pensamento deste autor acerca da ontologia da literatura, mostramos que ela surgiu em decorrência da experiência moderna. Foucault a caracteriza como uma das manifestações do ser da linguagem em sua relação com a morte. Esta análise da escrita literária se encontra atrelada às vicissitudes da experiência moderna e suas relações com os limites da sexualidade, da linguagem e da loucura. A literatura é vista como um enlouquecimento da linguagem em que podemos observar uma construção de seu princípio de decifração. Através deste artigo, observamos que a escrita literária se caracteriza por uma transgressividade fundamental que recusa toda tradição passada ou por vir.

Palavras-chave: literatura, escrita literária, experiência moderna.

ABSTRACT: This paper aims to analyse the concept of literature in Foucault's thoughts in the sixties. Departing from Foucault's thoughts about the ontology of literature, we demonstrated that the emergence of literature was possible as a consequence of the modern experience. Foucault shows that literature is the manifestation of the being of the language in its relation with death. We discuss the relation of literary writing with the modern experience, pointing its limits in sexuality, language and madness. Literature is seen here as the derangement of language, where we can observe the creation of its deciphering principals. Through this article, we observe that the literary writing is characterized by a basic transgressivity that refuses all tradition: past or future.

Keywords: literature, literary writing, modern experience.

Ao longo de década de 1960, Foucault se debruçou sobre os problemas concernentes à experiência moderna e sua relação com a linguagem. A partir das reflexões tecidas nesta fase de seu pensamento, analisaremos uma das manifestações do ser da linguagem: a literatura, seguindo sua ontologia correspondente.

¹ PUC-Rio. Pesquisa financiada pelo CNPq.

Literatura e ontologia?

Foucault (2001b), em “A Linguagem ao Infinito”, expõe a relação da linguagem com a morte, apresenta-nos sua forma de análise chamada de *ontologia da literatura*. Ela é uma analítica que leva em conta o ser da linguagem, observado aqui como repetição, sendo a literatura uma forma constitutiva da reduplicação da linguagem.

Nesse texto, Foucault mostra-nos que tanto a escrita quanto a fala têm um caráter de fuga em relação à morte. “Escrever para não morrer, [...], ou talvez mesmo falar para não morrer é uma tarefa sem dúvida tão antiga quanto a fala” (Foucault, 2001b, p. 47). Em outras palavras, a linguagem, deparando-se com o vazio que tem a morte como indicativo, torna-se motivo de comunicação.

Svenbro (1998), ao situar a prática da leitura e da escrita na Grécia Antiga, marca-a com seu caráter eminente de produção de *kléos* (Glória). Fala-se, ou escreve-se, na Grécia, para se produzir a glória incontestável dos heróis, e a sua propagação nada mais é do que um modo de imortalização, ou melhor, de perpetuação do herói, para além de sua própria morte.

Foucault assinala que “a morte é, sem dúvida, o mais essencial dos acidentes da linguagem (seu limite e centro)” (Foucault, 2001b, p. 49). A relação de linguagem tecida com ela e contra ela faz brotar uma espécie de murmúrio, uma dobra, uma reduplicação, pois a linguagem se atualizaria repetidamente no movimento inexorável da luta contra a morte.

Essa forma analítica, chamada de *ontologia da literatura*, expõe sua gênese em relação à auto-representação da linguagem, produzida pela relação desta com a morte. “Seria preciso começar por uma analítica geral de todas as formas de reduplicação da linguagem das quais se podem encontrar exemplos na literatura ocidental” (Foucault, 2001b, p. 50). A linguagem se reduplica senão pelo vazio deixado pela morte. Vazio que é o centro e o limite da própria produção de linguagem – ele limita e possibilita a escrita e a fala. “A obra de linguagem é o próprio corpo da linguagem que a morte atravessa para lhe abrir esse espaço infinito em que repercutem os duplos” (Foucault, 2001b, p. 51).

O atravessamento da morte na linguagem faz da repetição um movimento inevitável na produção discursiva. Por isso, essa forma analítica de ver a linguagem apresentada por Foucault analisa o ser da linguagem como repetição e as suas formas de atualização.

Para pensarmos o surgimento da literatura em relação à problemática da linguagem, devemos nos imbuir de certos conceitos do pensamento foucaultiano que nos mostram o relacionamento tecido entre o vazio e a linguagem: limite e transgressão, loucura e sexualidade.

Limites para a linguagem

Papel em branco: espaço onde a literatura floresce? Podemos aludir ao fato de que macular a brancura do papel é o motor do próprio ato da escrita. Mácula que não é sem dificuldade. Escrever é uma atividade “criminosa”, transgressiva. Talvez, a escrita seja um dos mais belos crimes – para fazer paráfrase de uma expressão de Tomas De Quincey. Porém, a que transgressão aqui nos atemos?

Em um papel em branco, não há uma ausência de linguagem, muito pelo contrário, ali, habita uma espécie de “plenitude” de linguagem. Como já dissemos, o ato de escrever, que está na gênese da atividade literária, não começa de um ponto zero de linguagem: ele começa por uma recusa. Recusa das possibilidades plenas contidas no papel em branco.

No entanto, qual seria a importância do papel em branco na gênese da literatura?

As obras de linguagem repetiam uma fala prévia, que era revelada no momento da escrita, sendo esta vista como um relato. E, se há relato, o escrever não passaria por nada que o limitasse. A pena deslizaria sobre o papel, jorrando palavras de sua tinta como que por revelação.

Entretanto, a escrita literária designa sua força no próprio escrever, pois nada a precede. Ao macular a brancura do papel, impõe-se uma posição em relação a tudo que ela possa representar. O branco aponta para uma “plenitude” de linguagem, pois, ao escrever, deve-se transgredir o limite vazio imposto por sua presença.

Como se vê, essa atividade se depara com limites impostos pela própria linguagem, manifestando-se a idéia de que a literatura só se dá pelo ato transgressivo de ultrapassagem dos limites – recusa.

No entanto, como Foucault conceitua esse ato transgressivo? Sua relação com o limite se dá de maneira dialética? Qual é a possível vinculação entre transgressão e vazio? E, ainda mais, onde entram, propriamente, a sexualidade e a loucura neste jogo chamado literatura?

Para pensarmos a problemática da transgressão, devemos nos reportar ao “Prefácio à Transgressão”, em que Foucault (2001a) trata desse conceito cuidadosamente, rendendo uma homenagem a Georges Bataille. Neste texto, ele relaciona a transgressão com o limite e a sexualidade, marcando, subsequente, a importância do Marquês de Sade para a literatura.

A experiência moderna da sexualidade, para Foucault, apresenta-se como uma cissura “para marcar o limite em nós e nos delinear a nós mesmos como limite” (Foucault, 2001a, p. 29). Assim, a sexualidade moderna traceja o desenho do limite, pois ela não é dominada por uma idéia de liberação – noção que lhe soa como falsa – mas sim, ela é atravessada de ponta a ponta pela constituição de uma figura detentora de limite (limite da lei, da linguagem e da consciência). A sexualidade, então, aparece como uma experiência limítrofe, em que os jogos de linguagem indicam marcos de exclusão.

Porém, esta experiência limítrofe está intrinsecamente ligada à *morte de Deus*, estabelecida aqui como sinal de uma ruptura que faz surgir a literatura. Morre Deus para que nasça a literatura. Entretanto, por que esta afirmação um tanto grotesca vem à baila ao procurarmos entender o que está no começo da literatura? Por que a *morte de Deus* é tão cara à gênese da modernidade? E em que consiste esta morte e por que ela é tão importante para a literatura?

Neste texto de 1963, Foucault interliga as noções de sexualidade, limite e transgressão sob o pano de fundo dessa morte. A *morte de Deus* é entendida por ele como um evento que transforma a experiência da linguagem. Sade se apresenta como a figura autoral ou paradigmática que circunscreve, em sua obra, a relação entre a sexualidade e a *morte de Deus* como consequência de uma nova maneira de experimentar a produção de linguagem.

Essa morte não deve ser compreendida “como o fim de seu reino histórico, nem a constatação enfim liberada de sua inexistência, mas como o espaço a partir de então constante de nossa experiência” (Foucault, 2001a, p. 30). Ou seja, quando dizemos *morte de Deus*, isto não indica o fim do reinado de Deus sobre os homens, pois ainda observamos com insistência a sua alusão por parte das religiões. Nem com isso queremos dizer que Deus nunca existiu e agora nós sabemos realmente isto. O que aludimos com essa máxima nietzscheana é a própria experiência moderna: os homens modernos, como diz Hölderlin, são *atheos*, aqueles abandonados por

Deus². Assim, esta constatação da vivência moderna indica o seguinte: se fomos abandonados por Deus, sua Verdade Revelada também desaparece, e nós, modernos, estamos condenados a uma relação com o Vazio deixado por essa morte. A literatura brota da repetição deste vazio.

Foucault (2001a) constata uma transformação que demarca a experiência moderna: a *morte de Deus* produz uma mudança de um *reino do limite do Ilimitado ou reino do Infinito* para um outro que circunscreve o *reino ilimitado ou infinito do Limite*.

Suprimindo de nossa existência o limite do Ilimitado, a morte de Deus a reconduz a uma experiência em que nada mais pode anunciar a exterioridade do ser, a uma experiência conseqüentemente interior e soberana. Mas uma tal experiência, em que se manifesta explosivamente a morte de Deus, desvela como seu segredo e sua luz, sua própria finitude, o reino do ilimitado do Limite, o vazio desse extravasamento em que ela se esgota e desaparece (Foucault, 2001a, p. 30).

Refletindo sobre este trecho de “Prefácio à Transgressão”, como podemos pensar que essa morte anunciada faz surgir uma nova experiência? Qual diferença podemos estabelecer entre esses dois reinos? O *reino do limite do Ilimitado* anuncia uma experiência derivada de uma exterioridade. Dito de outra maneira, o limite traçado, neste tipo de experiência, é determinado pela exterioridade representada pelo Infinito, no caso Deus. A Palavra Divina, esta palavra que vem de fora, limita a experiência em questão. Em contrapartida, com a *morte de Deus*, essa palavra exterior ao ser da linguagem não mais a limita. O que acontece, então, é que a experiência é deixada, abandonada ao vazio. Ela própria traceja agora seu limite, por isso o reino representado pela experiência moderna é o do *ilimitado do Limite*. Como em “A Linguagem ao Infinito” (Foucault, 2001b), a linguagem passa a se repetir sobre o vazio inaudito. Não havendo um limite vindo de fora, o Limite surge no seio da própria experiência. Entretanto, esta experiência do limite é ilimitada, ela é vivenciada em cada ato, vendo-se, assim, uma associação entre a idéia de transgressão e a de limite. O movimento ilimitado, trazido no ato experienciado na modernidade, nada mais é do que o ato de transgredir o limite, alterando, deste modo, o território demarcado pela fronteira do Limite. Isto é, a escrita passa a ser um ilimitado movimento de transgressão do limite. O motor do ato literário seria a transgressão. “A morte de Deus não nos restitui a um mundo limitado e positivo, mas a um mundo que se desencadeia na experiência do limite, se faz e se desfaz no excesso que a transgride” (Foucault, 2001a, p. 31).

Como diz Foucault, esta experiência de limite se faz e se desfaz no movimento do próprio ato em questão: a transgressão. O reino ilimitado do Limite é onde habita a transgressão.

Assim, na raiz da sexualidade, do seu movimento que nada jamais limita [...], e desse discurso sobre Deus que o Ocidente sustentou por tanto tempo – [...] –, uma experiência singular se configura: a da transgressão (Foucault, 2001a, p. 31-32).

² A afirmação de Hölderlin acerca do abandono dos deuses retrata a experiência moderna. Em um texto intitulado “Hölderlin, Tragédia e Modernidade”, Dastur (1994) analisa qual foi o motivo que impediu Hölderlin de conceber uma tragédia moderna. Ela afirma que a tragédia tem como base a questão da “reunião do divino e do humano” (Dastur, 1994, p. 201). Com isso, Dastur assinala que Hölderlin não conseguiu conceber uma tragédia, pois ela não comportaria a tarefa de retratação da “ausência do destino dos modernos” (Dastur, 1994, p. 179), já que, ao invés de união, ele sustenta a necessidade de separação na Idade Moderna. Por esse motivo, Hölderlin caracteriza a Idade Moderna pelo abandono dos deuses. Ela, segundo este autor, é a “Idade da retração do divino” (Dastur, 1994, p. 195). Essa ausência de destino, derivada do abandono dos deuses, marca aquilo que Foucault chama de experiência moderna.

A *morte de Deus* produz uma mudança de experiência, em que a transgressão toma corpo e espaço. Esta concepção de transgressão – intimamente ligada à *morte de Deus* e, conseqüentemente, à noção de Limite – apresenta uma nova união, agora, com o conceito de profanação. Mas como pensar uma profanação onde não há Deus? Antes da *morte de Deus*, a profanação possuía um objeto: o sagrado. Sacrilégio, blasfêmia: profanação ou atos de macular o Ilimitado, Deus. O profano e o sagrado³ se mostram em uma relação dialética, porque cada um tem, como objeto, a negação de seu oposto. A profanação é, então, muitas vezes, entendida como uma tentativa de desvalorização, escárnio, do objeto sagrado. No entanto, esta morte anunciada deixa um vazio, pois, se a profanação tem seu objeto no sagrado e se Deus morreu, o vazio deixado por ele faz com que o objeto de profanação desapareça. O objeto de profanação é destruído. Ele não mais existe no seio da experiência moderna. Por isso, Foucault afirma que ela é “uma profanação sem objeto, uma profanação vazia e fechada em si” (Foucault, 2001a, p. 29).

É, neste momento, que surge a transgressão. Na modernidade, não se profana o limite imposto pelo Ilimitado (sagrado, Deus); profana-se o Limite imposto pelo vazio do não possuir um objeto. Dito de outro modo, não se profana o limite imposto pela palavra de Deus, mas se atravessam os próprios limites impostos pelo vazio deixado por esse cadáver. A transgressão é o movimento ilimitado de atravessamento do Limite, proporcionando uma espécie de deslocamento da fronteira. Porém, como se dá essa relação entre transgressão e limite no seio da experiência moderna?

Da transgressão ao limite: uma não-dialecicidade relacional?

O advento da modernidade estabelece uma relação íntima entre transgressão e limite. Foucault constata que esta ligação se dá de maneira não-dialética, pois esses elementos de linguagem não são feitos de matérias iguais, muito menos são pólos contraditórios de uma determinada experiência. Eles se apresentam como constitutivos de um mesmo ato e de um mesmo corpo. “A transgressão leva o limite até o limite do seu ser” (Foucault, 2001a, p. 32).

Abusando de uma figura metafórica, poderíamos dizer que a transgressão e o limite são “feitos da mesma carne”. O limite pode ser entendido como uma pele de um animal qualquer, enquanto a transgressão é a ferida produzida sobre esta por um fio de navalha. Pele e ferida, limite e transgressão, são “feitas da mesma carne”, ou seja, de linguagem.

Foucault explicita esta relação com outra imagem, dizendo que ela é:

Talvez alguma coisa como o relâmpago na noite que, desde tempos imemoriais, oferece um ser denso e negro ao que ela nega, o ilumina por dentro e de alto a baixo, devehle entretanto sua viva claridade, sua singularidade dilacerante e ereta, perde-se no espaço que ela assinala com sua soberania e por fim se cala, tendo dado um nome ao obscuro (Foucault, 2001a, p. 29).

³ Lalande comenta que “sagrado e profano são dois termos correlativos que só têm sentido um pelo outro. [...] Resta que no caso em que eles se relacionam um e outro não agem do mesmo modo: o sagrado é a sede de potência, de uma energia que age sobre o profano, tal como agem um corpo eletrizado, uma mola tensa, enquanto que o profano só tem o poder de provocar a descarga dessa energia, ou em certos casos, de a inverter, fazendo-a passar de uma para outra das duas formas acima distinguidas, da forma pura e benfazeja à forma impura e maléfica” (Lalande, 1996, p. 974-975). Como vemos, os dois elementos estão intimamente interligados por uma relação calcada na contraditoriedade substancial destes. A profanação seria a deploração do oposto do profano, ou seja, do sagrado.

Observemos que a transgressão não é nem violência, nem triunfo sobre um mundo ético ou dialético. Ela não destrói seus inimigos, muito menos apaga os limites, pois o Limite faz parte de seu próprio ser (Foucault, 2001a). Ela ultrapassa-o para que, logo após, este retorne a sua função, porém, agora, deslocado de seu território anterior.

O jogo dos limites e da transgressão parece ser regido por uma obstinação simples: a transgressão transpõe e não cessa de recomendar a transpor uma linha que, atrás dela, imediatamente se fecha de novo em um movimento de tênue memória, recuando então novamente para o horizonte do intransponível (Foucault, 2001a, p. 32).

Relação sem memória: a transgressão e o limite fazem parte do mesmo ser que se repete, inexoravelmente, na experiência moderna.

A transgressão é uma *profanação sem objeto*. Dito isto, podemos afirmar que, se não há mais o fundamento divino a ser profanado, resta à transgressão um caráter afirmativo. Isto é, antes, quando a profanação tinha seu objeto no sagrado, ela era uma atividade reativa, pois negava o seu elemento contraditório constitutivo. No entanto, a transgressão, nesse *reino do Ilimitado do Limite*, é uma afirmação sem fundamento contraditório – esta é a “pureza vazia de transgressão” (Foucault, 2001a, p. 29) –, sem objeto. Ela é afirmação, pois afirma o limite e seu ilimitado movimento de abertura. Foucault diz que a ela nada é negativo, porém sua afirmação não é positiva, pois nada pode retê-la. Ela é a “afirmação da divisão” (Foucault, 2001a, p. 33).

Loucura e literatura

Shimizu – um dos entrevistadores em “Loucura, Literatura, Sociedade” (Foucault, 1999c) – assinala, com pertinência, sua intuição acerca da problemática da literatura no *corpus* da obra foucaultiana. Ele organiza esta questão sobre três eixos: o da sexualidade, o da linguagem e o da loucura.

Neste ponto do presente artigo, intentamos tracejar um esboço representativo da relação da literatura com a loucura⁴. Para isso, debruçamo-nos sobre “A Loucura, a Ausência da Obra” (Foucault, 1999b); “Loucura, Literatura, Sociedade” (Foucault, 1999c); e “A Loucura e a Sociedade” (Foucault, 1999d).

Estes textos demarcam, de maneira um tanto sucinta, a referência do Ocidente a essa figura de exclusão: a loucura. No entanto, podemos nos perguntar: Qual é o parentesco que se estabelece entre a loucura e a literatura? Ou melhor, por que essa figura transgressiva, o louco, pode passar a ser um modelo para a literatura?

Os mecanismos de exclusão de nossa sociedade transformaram o louco em um dos seus ícones, devido à sua linguagem transgressiva.

Foucault (1999b), em “A Loucura, a Ausência da Obra”, estabelece algumas indicações acerca dos mecanismos de interdição e exclusão. Ele diz que, em toda sociedade, há figuras de interdição, pois o homem começa pelo limite e não pela liberdade.

Não há uma única cultura no mundo em que seja permitido tudo fazer. E sabemos bem, há muito tempo, que o homem não começa com a liberdade, mas com o limite e a linha do intransponível (Foucault, 1999b, p. 193).

⁴ Machado (2000) salienta a importância de pensar essa relação sobre três flancos: primeiro, pela oposição entre obra e ausência de obra; segundo, pela aproximação das duas, por serem ambas formas de atualização da linguagem; e terceiro, por ser a loucura entendida na modernidade como a verdade da obra.

Ele aponta a diferenciação entre os limites da palavra e os dos gestos, intuindo que, dos primeiros, não há muitos estudos. Pode-se delimitar a existência de quatro grupos de exclusão no seio da linguagem aceitos, de alguma maneira, em todas as sociedades: os erros da língua (atividade proscrita pelo código lingüístico); as palavras blasfematórias (palavras que deploram as interdições de articulação); as articulações que, por ter uma significação intolerável, têm seu sentido censurado e a quarta e última seria uma linguagem esotérica que se utiliza de uma palavra do código em um outro sentido, fazendo de sua decifração uma tarefa tecida na própria experiência comunicada.

Contudo, como caracterizar a loucura neste jogo dos mecanismos de exclusão? Foucault responde que:

[...] a loucura é a linguagem excluída – aquela que, contra o código da língua, pronuncia palavras sem significação (os ‘insensatos’, os ‘imbecis’, os ‘dementes’), ou a linguagem que pronuncia palavras sacralizadas (os ‘violentos’, os ‘furiosos’), ou ainda a que faz passar significações interditas (os ‘libertinos’, os ‘obstinados’) (Foucault, 1999b, p. 195).

Com isso, observamos que a figura da loucura remonta a uma linguagem excluída por transgredir as regras de linguagem. Em “A Loucura e a Sociedade”, Foucault (1999d) ressalta que o louco é excluído dos domínios sociais circunscritos pela problemática da sexualidade, do discurso, das festas e dos eventos sociais e do trabalho. É excluído sim do âmbito cultural referente à linguagem e aos gestos, isto é, da sociedade.

Podemos pensar que tanto literatura quanto loucura são atualizações do movimento repetitivo da linguagem, sendo esta última excluída pela sociedade. Todavia, a literatura é vista por Foucault (1999d), em “A Loucura e a Sociedade”, como uma linguagem anárquica, marginal e transgressiva que foge às regras da linguagem cotidiana, daí o seu parentesco com a loucura. “Quer dizer que há uma curiosa afinidade entre a literatura e a loucura. A linguagem literária não está obrigada às regras da linguagem cotidiana” (Foucault, 1999d, p. 239).

A oposição entre linguagem transgressiva e linguagem cotidiana se faz valer nesta aproximação entre loucura e literatura. Ambas fogem às regras de linguagem comumente aceitas no dia-a-dia. No entanto, em “Loucura, Literatura, Sociedade”, observa-se uma nuance, Foucault (1999c) marca que a força intrínseca de adaptação e absorção do capitalismo retirou da literatura seu poder transgressivo no século XX⁵. É como se a função transgressiva da literatura só vingasse no século XIX.

A literatura e a loucura têm seu parentesco garantido pela linguagem transgressiva que lhes é constitutiva, entretanto, a última é excluída – ela é considerada como fora da sociedade – enquanto a primeira é aceita no interior desta.

Em “A Loucura, a Ausência da Obra”, Foucault (1999b) distingue estas duas linguagens transgressivas pela oposição entre obra e ausência de obra. A loucura é transgressiva, mas, ao contrário da literatura, ela nada constrói, ela não se torna obra.

Então, como caracterizar a loucura e sua relação com a literatura? As duas estão ligadas à problemática da transgressão e do limite⁶. A literatura é

⁵ Foucault (1999c) ressalta que, até o século XVII, as obras de linguagem tinham um caráter normativo e uma função social estabelecida, em contraponto, no século XIX, época em que floresce a literatura, a função tomada por essa obra de linguagem é a de transgressão, de ir contra à ordem social. Observa-se, porém, no século XX, um recuo deste caráter transgressivo em detrimento de uma retomada a uma função mais normativa e social devido ao poder de reabsorção do maquinário capitalista.

⁶ Em “O ‘Não’ do Pai”, ao analisar o texto laplancheano acerca de Hölderlin, Foucault (1999a) apresenta algumas considerações referentes à problemática do limite e da obra. Ele assinala que tanto obra quanto ausência de obra (ou aquilo que não é obra) estão ligadas diretamente ao limite, de onde a produção se dá pela transgressão. Ele, então, afirma que “a obra e o outro que não a obra não falam da mesma coisa e na mesma linguagem, senão a partir do limite da obra” (Foucault, 1999a, p. 179).

disruptora, ela rompe com seus próprios limites (recusa, auto-transgressão); no entanto, esta atividade transgressiva institui novos limites, constituindo, assim, a obra literária. Ela rompe, mas não é uma ruptura total. Já a loucura se apresenta como uma linguagem transgressiva pura: desmoronamento, ruptura total que não se materializa em obra, pois não restitui fronteiras nem limites, ou seja, nada constrói. Ela é sem passado e sem futuro, como se fosse pura transgressão (sua forma vazia).

[...] a loucura não manifesta nem relata o nascimento de uma obra [...]; ela designa a forma vazia de onde vem essa obra, quer dizer o lugar de onde ela não cessa de estar ausente, no qual jamais a encontramos porque jamais ela aí se encontrou (Foucault, 1999b, p. 197).

É como se a natureza da obra estivesse intimamente aparentada com a loucura. Entretanto, já podemos perguntar: Por que ela se apresenta como modelo para a literatura? E por que ela se torna, na modernidade⁷, a verdade da obra?

Neste texto, Foucault retorna à distinção entre obra de linguagem e literatura⁸. Ele caracteriza a primeira por um enunciado derivado de uma “língua dada” (Foucault, 1999b, p. 196), cujo princípio de decifração preexiste a ele. Em contraposição, a literatura⁹ consiste de uma atividade que possui seu próprio princípio de decifração. A literatura, como linguagem transgressiva, utiliza-se de palavras comumente em uso no dia-a-dia, inserindo-as em uma teia de relações, cuja decifração de significado está nela própria, não fora dela. Daí seu parentesco com a loucura, pois ela também tem seu próprio princípio de decifração.

Em “Loucura, Literatura, Sociedade” (Foucault, 1999c), vê-se a literatura como “subversão escrita” (Foucault, 1999c, p. 220), ela transgredir certas regras lingüísticas, subvertendo, assim, a escrita. Foucault diz que “é normal que os escritores encontrem seu duplo no louco ou em um fantasma” (Foucault, 1999c, p. 220). Como, assim, seu duplo?

A atividade transgressiva característica da literatura tem, como modelo, a loucura. É como se fazer literatura fosse enlouquecer a escrita, subverter, desmoronar, romper, transgredir, contestar os limites impostos pela própria linguagem. A literatura não constitui uma tradição, não leva em conta uma tradição literária anterior ao ato da escrita, ela tem seu início no próprio escrever, entendido aqui como uma recusa ao já-dito. Não há nada anterior ao seu ato, por isso a chave para a decifração de seus enunciados está neles próprios. O louco é um exemplo para o escritor no sentido de que aquele remete a uma figura eminentemente transgressiva que não possui nenhum passado. Se a verdade da obra literária está na atividade transgressiva da escrita, a loucura torna-se, então, modelo desta, caracterizando o seio de onde a obra pode brotar. É desse vazio transgressivo, representado pela loucura – essa ausência de obra –, que pode emergir a literatura, entendida como subversão.

Esse caminho tracejado sobre a perspectiva foucaultiana referente aos problemas da linguagem e, por consequência, aos da literatura, remete-nos à questão moderna: *O que é a literatura?*

⁷ Machado (2000) sublinha o papel da loucura e sua relação com a arte em alguns momentos históricos: Renascimento, loucura como positividade artística; Classicismo, louco como figura derrisória; e Modernidade, loucura como verdade da literatura.

⁸ Ele também se utiliza dessa distinção – observável na produção de linguagem – em “A Linguagem ao Infinito” (Foucault, 2001b) e em “Linguagem e literatura” (Foucault, 2000).

⁹ Nesse momento de sua obra, Foucault (1999b) delimita o começo da literatura, a partir do século XIX, com Mallarmé.

Fundamentos para a literatura?

Já vimos que a literatura, para Foucault, é uma forma de atualização do movimento repetitivo da linguagem derivado de uma nova experiência: a experiência moderna. Porém, como caracterizar a literatura? Quais são os elementos que proporcionaram sua gênese?

Se não há fundamento (palavra anterior) atualizado no ato que faz nascer a literatura, a questão *O que é a literatura?* se encontra no próprio ato da escrita. Neste ato, encontramos sua resposta e sua formulação. Nele, apresenta-se uma recusa e um sinal que designa algo que seria a essência da literatura.

Em “Linguagem e Literatura”, Foucault (2000) aponta a real importância da escrita para a questão da literatura. Ele problematiza a relação de continuidade entre a história da linguagem e a história da literatura, assinalando que a última aparece em um determinado tempo, devido a certos acontecimentos particulares. Polemiza dizendo, por exemplo, que não havia literatura latina ou grega e que, se os escritos de autores gregos, como Sófocles, são entendidos, hoje, por nós, como literatura, é porque utilizamos dessa construção moderna para ver, retrospectivamente, as obras de linguagem do passado. Para ele, a literatura é algo muito particular que surge no período entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Mas o que seria tão particular assim para negarmos a existência de uma literatura antes desse período?

Neste texto, Foucault utiliza uma tríade de elementos constitutivos e inerentes ao escrever para assim refletir sobre o surgimento da literatura. Estes três elementos são: a linguagem, a obra e a “literatura”.

A linguagem é o murmúrio das palavras pronunciadas, a obra, sua espacialização, e já a “literatura” é o terceiro elemento “por onde passa a relação da linguagem com a obra e da obra com a linguagem” (Foucault, 2000, p. 140). Este terceiro elemento medeia a relação entre os dois primeiros.

Neste ponto, Foucault apresenta a diferenciação – encontrada também em “A Linguagem ao Infinito” (Foucault, 2001b) e em “A Loucura, a Ausência da Obra” (Foucault, 1999b) – entre obras de linguagem e literatura.

Refletindo acerca da posição deste terceiro elemento – chamado “literatura” – em relação aos outros dois, ele aponta uma mudança constitutiva encontrada no final do século XVIII e no início do século XIX. Para Foucault (1999b), a “literatura”, na concepção clássica, era passiva em relação aos outros dois elementos, enquanto ela passou a ter um caráter ativo quando se deu a entrada no período moderno. Mas o que quer dizer isso? Aonde ele quer nos levar com esta definição de passividade e atividade do terceiro elemento da cadeia em questão?

Podemos dizer – relembrando o exposto – que este período, atravessado por uma aceção de “literatura” que aposta em seu caráter passivo, remete-nos ao que Foucault chama de obras de linguagem. Antes do século XVIII, a produção de linguagem se dava por questões relativas à memória, à familiaridade, ou seja, era uma questão de acolhimento de uma palavra anterior. É essa acolhida que aponta para a passividade da “literatura” em relação aos outros elementos da tríade.

Neste texto, ele reafirma a não existência de uma literatura no período que antecede o século XVIII.

Poder-se-ia talvez dizer, para resumir, que a obra de linguagem, na época clássica, não era realmente literatura. [...] Parece-me possível dizer que, na época clássica, de todo modo, antes do final do século XVIII, toda obra de linguagem existia em função de uma determinada linguagem muda e primitiva, que a obra seria encarregada de restituir. Essa linguagem muda era, de certo modo, o fundo inicial, o fundo absoluto

sobre o qual toda obra vinha, em seguida, se destacar e se alojar. Essa linguagem muda, linguagem anterior às linguagens, era a palavra de Deus, dos antigos, a verdade, o modelo, a Bíblia [...] (Foucault, 2000, p. 151-152).

É bom frisarmos o seguinte: a obra de linguagem é uma restituição, uma repetição de uma palavra anterior, de um princípio de decifração prévio, de uma relação de passividade entre obra e linguagem (como se caracterizasse uma rememoração ou um relato).

Então, como poderíamos diferenciá-la da literatura? De súbito, responderíamos com Foucault: pelo caráter ativo do terceiro elemento da tríade. Porém, o que se quer dizer com isso? E, ainda mais, quais são os elementos que constituem a literatura como uma experiência moderna da linguagem?

Em “A Linguagem ao Infinito”, Foucault (2001b) diferencia obra de linguagem e literatura, pelas relações estabelecidas entre a linguagem e o vazio deixado pela morte. Ele diz que a linguagem se repete, se reduplica sobre este vazio. No entanto, antes do século XVIII, há uma palavra antecedente ao movimento da escrita que determina o que será repetido previamente. Só quando essa palavra anterior (palavra divina ou de tradição) é abandonada, no século XVIII, é que a linguagem passa a se repetir a si mesma sobre este vazio, sem influência exterior. Esta mudança intrínseca ao escrever é o que Foucault chama de literatura. É como se, na primeira, na obra de linguagem, a linguagem se repetisse do Infinito, e, na literatura, ela se repetisse ao infinito.

Com isso, queremos dizer que, a partir do século XVIII, a “literatura” – o terceiro elemento da tríade exposta acima – passa a mediar um novo tipo de relação entre os dois outros elementos: a obra e a linguagem. Esta forma de relacioná-los tem um caráter ativo, pois, quando a repetição da linguagem – que faz nascer a literatura – emerge, não há mais fala anterior vinda de fora a ser retomada, seja ela divina ou de tradição. Ela é ativa, porque não rememora, nem relata nada anterior à escrita. O escrever se torna ativo, afirmador, repetindo a linguagem em um movimento imanente que não leva em conta nada fora do ato que o traz ao mundo.

Mas o que há de tão novo na literatura? Em “Linguagem e Literatura”, Foucault (2000) estabelece três figuras que representariam a literatura: a transgressão, a repetição contínua e o simulacro.

Se, portanto, tivéssemos de caracterizar o que é a literatura, teríamos a figura negativa de transgressão e do interdito, simbolizada por Sade, a figura da repetição contínua, a imagem do homem que desce ao túmulo com o crucifixo na mão, desse homem que só escreveu do “além-túmulo”, a figura da morte simbolizada por Chateaubriand, e finalmente, a figura do simulacro (Foucault, 2000, p. 149).

Antes de apontar a importância da questão do simulacro para a literatura, ele reflete sobre dois aspectos surgidos no seio do ato literário: a profanação e o sinal. Ambos assinalam para algo que seria a literatura. A profanação, a recusa discutida anteriormente, remete à figura da transgressão, enquanto o sinal, à figura da repetição contínua da biblioteca. Elas seriam os dois pólos fundadores da literatura, tendo como representantes paradigmáticos o Marquês de Sade e Chateaubriand, respectivamente.

Comparando essa recusa engendrada pela literatura com o que se fazia antes do século XVIII, Foucault diz que “a historicidade da literatura no século XIX não passa pela recusa, pelo afastamento ou pela acolhida das outras obras; ela passa, obrigatoriamente, pela recusa da própria literatura” (Foucault, 2000, p. 143).

A linguagem transgressiva da literatura recusa toda possibilidade de tradição literária, seja ela anterior ou posterior ao ato da escrita. Sade seria o “paradigma” para a transgressão, pois sua obra, com sua pretensão de *tudo dizer*, quer destruir tudo que já foi dito através do pastiche.

Já a repetição contínua da biblioteca delimitaria o “espaço dos livros que se acumulam, que se encostam, uns nos outros, cada um tendo apenas a existência ameaçada que o recorta e repete infinitamente no céu de todos os livros possíveis” (Foucault, 2000, p. 144). Esse sinal que aponta para o acúmulo dos livros remete à oposição entre retórica e biblioteca, sendo, a primeira uma característica do período, atravessado pela produção das obras de linguagem, e a última, símbolo da literatura.

A obra de linguagem é regida pelo poder da retórica, pois ambas levam em conta a existência de uma palavra anterior à emissão da mensagem. A literatura surge quando a retórica é abandonada. Daí, aparece a repetição contínua dessa palavra transgressiva chamada literatura, em que se evidencia o acúmulo de livros, objetos que passam a simbolizar a palavra morta que fala do “além-túmulo”.

Hoje, o espaço da linguagem não é definido pela Retórica, mas pela Biblioteca: pela sustentação ao infinito das linguagens fragmentares, substituindo à dupla cadeia da retórica a linha simples, contínua, monótona de uma linguagem entregue a si mesma, devotada a ser infinita porque não pode mais se apoiar na palavra do infinito. Mas ela encontra em si a possibilidade de se desdobrar, de se repetir, de fazer nascer o sistema vertical dos espelhos, imagens de si mesma, das analogias. Uma linguagem que não repete nenhuma palavra, nenhuma Promessa, mas recua infinitamente a morte abrindo incessantemente um espaço onde ela é sempre o análogo de si mesma (Foucault, 2001b, p. 58).

Ou seja, a obra de linguagem se apóia na retórica, porque sua repetição se relaciona intimamente com a *palavra do Infinito*, enquanto a literatura, abandonada à repetição ao infinito do próprio vazio constitutivo da linguagem, forma-se como o espaço da biblioteca, logo de acúmulo.

A terceira figura essencial da literatura é o simulacro. Voltando à tríade obra-linguagem-literatura, Foucault (2000) diz que obra e literatura não se encontram jamais, havendo uma espécie de espaço especular entre os dois. Esse espaço, essa distância, entre obra e literatura é o simulacro. “Parece-me que a literatura, se interrogarmos o seu próprio ser, só poderia responder uma coisa: não há ser da literatura, há simplesmente um simulacro que é todo o ser da literatura” (Foucault, 2000, p. 147). A essência da literatura não se efetiva na obra, mas é nela que se simula sua essência. Nela se efetivam uma recusa, um sinal e um simulacro que apontam para a resposta e para a formulação da questão: *o que é a literatura?* Assim, a essência da literatura estaria ligada ao próprio processo que a faz vir à luz: o escrever.

Como podemos observar neste breve artigo sobre os textos da ontologia da literatura foucaultiana, a literatura seria uma forma de escrita surgida em decorrência da experiência moderna que fez emergir uma escrita transgressiva que recusa toda tradição passada ou por vir.

Referências

- DASTUR, F. 1994. Hölderlin, Tragédia e Modernidade. In: F. HÖLDERLIN, *Reflexões*. Rio de Janeiro, Relumê-Dumará, p. 145-205.
- FOUCAULT, M. 1999a. O “Não” do Pai. In: M. FOUCAULT, *Ditos e Escritos I. Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 169-183.
- FOUCAULT, M. 1999b. A Loucura, a Ausência da Obra. In: M. FOUCAULT, *Ditos e Escritos I. Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 190-198.
- FOUCAULT, M. 1999c. Loucura, Literatura, Sociedade. In: M. FOUCAULT, *Ditos e Escritos I. Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. Rio

- de Janeiro, Forense Universitária, p. 210-134.
- FOUCAULT, M. 1999d. A Loucura e a Sociedade. In: M. FOUCAULT, *Ditos e Escritos I. Problemática do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 235-242.
- FOUCAULT, M. 2000. Linguagem e literatura. In: R. MACHADO, *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro, JZE, p. 137-174.
- FOUCAULT, M. 2001a. Prefácio à Transgressão. In: M. FOUCAULT, *Ditos e Escritos III. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 28-46.
- FOUCAULT, M. 2001b. A Linguagem ao Infinito. In: M. FOUCAULT, *Ditos e Escritos III. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 47-59.
- LALANDE, A. 1996. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. São Paulo, Martins Fontes, 1336 p.
- MACHADO, R. 2000. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro, JZE, 187 p.
- SVENBRO, J. 1998. A Grécia arcaica e clássica, a invenção da leitura silenciosa. In: G. CAVALLIO; R. CHARTIER (orgs.), *História da leitura no mundo ocidental (vol. 1)*. São Paulo, Ática, p. 41-69.

Submetido: 14/07/2007

Aceito: 03/10/2008